



MUNICÍPIO DE SINES
Câmara Municipal
Serviço de Aquisições e Gestão de Contratos

Ex.^{ma}/a Senhor/a

Galp Power.SA

Rua Tomás da Fonseca, Torre C

1600-209 LISBOA

Correio

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência
Of.º

DATA
25-02-16

ASSUNTO: CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS NO ÂMBITO DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO PARA FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM INSTALAÇÕES DE MÉDIA TENSÃO (MT), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), AO ABRIGO DE ACORDO QUADRO CELEBRADO PELA CIMAL – PROCEDIMENTO N.º 175/AQ/2016

Excelentíssimos Senhores:

Ao abrigo do art.º 259 do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, vem a Câmara Municipal de Sines convidar essa empresa a apresentar proposta no âmbito Acordo Quadro celebrado entre V. Exas. e a CC- CIMAL para fornecimento de eletricidade.

I – Entidade adjudicante

A entidade adjudicante, conforme alínea c) n.º 1 do art.º 2.º do CCP, é a Câmara Municipal de Sines, adiante designada CMS, sita no Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines, com o telefone nº +351 269 630 600, o fax nº +351 630 672 e-mail aprovisionamento@mun-sines.pt.

II – Decisão de contratar

Nos termos do n.º 1 do art.º 36.º do CCP, conjugado com o n.º 1 do art.º 18.º do Decreto – lei n.º 197/99, de 8 de junho, a decisão de contratar foi adotada por deliberação da Câmara Municipal, de 03/03/2016.

III – Fundamentação da escolha do procedimento de aquisição

O presente convite é efetuado ao abrigo do “Acordo Quadro para Fornecimento de Eletricidade” da Central de Compras da CIMAL nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos do referido Acordo Quadro.



MUNICÍPIO DE SINES

IV – Preço base

É fixado em € 361.000,00 (trezentos e sessenta e um mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o preço base para a contratação em causa, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual, sendo que para cada lote o preço base é de:

- a) Lote 1 – € 102.000,00 (cento e dois mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para Instalações de Média Tensão (MT);
- b) Lote 2 – € 194.000,00 (cento e noventa e quatro mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para Instalações de Baixa Tensão Especial (BTE);
- c) Lote 3 – € 65.000,00 (sessenta e cinco mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para Instalações de Baixa Tensão Normal (BTN).

V – Documentos da proposta

A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, de acordo com o disposto no art.º 57.º do CCP:

- a) Declaração de aceitação, do conteúdo do Caderno de Encargos em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, na redação dada pelo Decerto - Lei n.º 149/2012, de 12.07, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para a obrigar e cujo modelo se anexa (Anexo I);
- b) Documento que contenha os atributos, termos e condições em que o concorrente se propõe contratar (nos termos das alíneas b) e c) do n.º1 do art.º 57.º do CCP), dos quais se destaca:
 - i. Preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável;
 - ii. Condições de pagamento, que não poderão prever pagamentos antecipados;
 - iii. Indicação da forma de faturação (mensal, trimestral, anual...)
 - iv. Prazo de execução dos serviços;
 - v. Prazo de validade da proposta.
- c) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

VI – Prazo e modo de apresentação da proposta

A proposta e documentos exigidos deverão ser enviados até às **17 horas do dia 08/03/2016** unicamente por e-mail, para (aprovisionamento@mun-sines.pt). Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, conforme disposto no n.º 2 do art.º 58º do CCP.



MUNICÍPIO DE SINES

VII – Caução

Nos termos previstos nos art.º 88.º e 89.º do CCP o adjudicatário deve prestar, no prazo de 10 dias a contar da notificação de adjudicação, uma caução no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

VIII – Critério de adjudicação

O critério de adjudicação será o do mais baixo preço.

IX – Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 dias a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que se encontra nas seguintes situações:

- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, Direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

2. No caso de se verificarem irregularidades nos documentos apresentados pelo adjudicatário que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no art.º 86.º do CCP, é concedido um prazo adicional de 5 dias para supressão das mesmas.

X – Outorga do contrato

Nos termos da alínea c) do n.º 4 do art.º 95.º do CCP para esta aquisição está dispensada a redução do contrato a escrito.

XI – Pedidos de esclarecimentos

Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do júri do procedimento e devem ser dirigidos, por escrito, à entidade

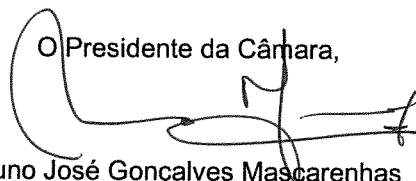


MUNICÍPIO DE SINES

adjudicante, para o n.º de fax ou endereço de correio eletrónico indicado no Ponto I, no até ao dia anterior do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara,



Nuno José Gonçalves Mascarenhas

Anexo I – Declaração Anexo I do CCP, na redação dada pelo Decreto – Lei n.º 149/2012, de 12.07

Anexo II - Caderno de Encargos e respetivos Anexos

cpalminha